

Caro Sr. Presidente do Conselho Directivo
Nacional da Ordem dos Arquitectos,
Arq. José Manuel Pedreirinho

Venho juntar a voz do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL, à voz de protesto de todos os arquitectos portugueses que, no dia de hoje, serão sujeitos ao desconforto do debate parlamentar relativo à extensão dos direitos de elaboração de projectos de arquitectura, a um grupo de engenheiros.

O eventual retrocesso das decisões alcançadas com a Lei nº31/2009, onde em definitivo se consagrava a exclusividade do exercício da arquitectura a arquitectos, corresponde a um duro golpe para uma classe profissional que tem demonstrado capacidade para estar à altura dos desafios impostos sociedade portuguesa, nomeadamente, nos últimos quarenta anos de afirmação e consolidação da democracia – Portugal é hoje um país seguro, infraestruturado e atractivo ao investimento externo, sendo muito relevante a participação dos arquitectos neste processo.

O ensino de arquitectura em Portugal também se desenvolveu neste contexto, ajustando-se às demandas da Europa, através do processo de Bolonha. Com esta base, as nossas escolas atraem, ano após ano, estudantes de vários países que, em conjunto com os nacionais, se afirmam no espaço global, honrando os ensinamentos dos mestres e a cultura disciplinar da arquitectura portuguesa.

Os arquitectos necessitam que a orientação das políticas públicas contribua para a estabilidade profissional da classe e para desde modo poderem ocupar com dignidade o lugar que lhes pertence na sociedade portuguesa.

Lisboa, 19 de Julho de 2017



Paulo Tormenta Pinto

Director do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL